

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ata do 4º Encontro Regional da CGJ – Biênio 2021-2022

Tema	Audiência Pública na Comarca de Itumbiara-GO, abrangendo as Comarcas da 4ª Região (Bom Jesus, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Goiatuba, Itumbiara, Joviânia, Morrinhos, Panamá e Pontalina)
Data e hora	08/07/2022 8h (Reunião Interna) e 14h30 horas (Audiência Pública)
Local	Momento híbrido/ on-line e presencial
Secretários	Kenedy Augusto Batista Pereira, Jéssica Félix Cruzeiro e Patrícia Rossi de Moura Fiorentino de Oliveira
Participantes da mesa diretora	<p>Reunião Interna com os Magistrados e Servidores</p> <p><u>Composição da mesa diretiva:</u> Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça Desembargador Carlos Alberto França Dr. Altair Guerra da Costa – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino – Juiz Auxiliar da Presidencia Dr. Vinícius Caldas da Gama e Abreu – Juiz de Direito do 2º Juizado Especial Cível e Criminal e Diretor do Foro Helenita Neves de Oliveira e Silva – Secretária-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Sirlei Martins da Costa Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior Dra. Mariana Queiroz Dra. Patricia Machado Carrijo – Presidente da ASMEGO</p> <p>Audiência Pública Externa</p> <p><u>Composição da mesa diretiva:</u> Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça, neste ato representado pelo Dr. Altair Guerra da Costa - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros</p>



**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Regionais</p> <p>Desembargador Carlos Alberto França, neste ato representado pelo Dr. Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas – Juiz Auxiliar da Presidência</p> <p>Dr. Gustavo Assis Garcia - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça</p> <p>Dr. Ricardo Silveira Dourado - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça</p> <p>Jony Araújo – Prefeito da comarca de Itumbiara</p> <p>Dr. Sílvio Jacinto Pereira – Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e da Infância e Juventude</p> <p>Dr. Alessandro Luiz de Souza – Juiz de Direito da Vara das Fazendas Públicas e de Registros Públicos</p> <p>Dra. Tatianne Marcella Mendes Rosa Borges – Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões</p> <p>Dra. Thaís Lopes Lanza Monteiro – Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal</p> <p>Dr. Eduardo Peruffo e Silva – Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal</p> <p>Dr. Roberto Neiva Borges – Juiz de Direito do 1º Juizado Especial Cível e Criminal</p> <p>Dr. Carlos Henrique Loução – Juiz de Direito</p> <p>Dr. Flávio Fiorentino de Oliveira – Juiz de Direito</p> <p>Dr. Carlos Elias, neste ato representando a ASMEGO,</p> <p>Dione José de Araújo – Prefeito de Itumbiara</p> <p>José Mario de Oliveira Júnior – Procurador-Geral do Município de Itumbiara</p> <p>Dr. Breno Pires Borges – Presidente da OAB – Subseção de Itumbiara-GO</p> <p>Dra. Monica Fachelli da Silva – Ministério Público</p> <p>Dr. Ricardo Torres Chueire – Titular da 6ª Delegacia Regional de Polícia</p> <p>Coronel Simões, Comandante do 6º batalhão de bombeiro militar de Itumbiara, neste ato representado pelo Capitão Ferreira</p>
Participantes da plateia	Lista de Presença Anexa

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (06/07/2022):

Cursos:

- Abertura Oficial do Encontro Regional





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Painel Jurídico com mediação do 3º Juiz Auxiliar da CGJG
- Gestão Aplicada das Unidades Judiciárias: “UPJ e Controle de Produtividade”
- Painel Ativacional com a DRH/TJGO
- Capacitação da EJUG/TJGO: “Liderar é Servir”

Quinta-Feira (07/07/2022):

- Capacitação PJD – Parte Geral (Criminal e Cível)
- Capacitação CEJUSC
- Capacitação do Foro Extrajudicial 1
- Capacitação do Foro Judicial
- Capacitação Gestão do Processo Eletrônico e da Unidade Judiciária
- Capacitação do SEEU
- Capacitação PJD Criminal
- Capacitação PROAD
- Reunião com Cartorários do Serviço Extrajudicial
- Reunião com Serv. Gest. Adm. do Programa Pai Presente nas Comarcas
- Capacitação do Foro Extrajudicial 2

Sexta-Feira (08/07/2022):

Reuniões:

- Reunião Institucional da CGJGO com Servidores e Magistrados
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados
- Audiência Pública com instituições da Comarca Polo

1. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Altair Guerra da Costa, iniciou ponderando que o 4º Encontro Regional está sendo realizado de forma especial, feito em formato híbrido, conseguindo assim abranger um maior número de pessoas e ao mesmo tempo sendo possível rever pessoalmente magistrados e servidores. Completou que a reunião institucional é um momento oportuno em que se faz presente toda a equipe técnica do





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Tribunal de Justiça, e que é preciso trabalharmos para se fazer sempre mais com menos.

2. Após os cumprimentos oficiais, o presidente Carlos França abriu a reunião agradecendo a presença de todos, e ressaltou que, apesar do orçamento do Estado estar limitado, o Tribunal vem estudando e realizando ações para amenizar qualquer prejuízo, tendo acatado alguns pleitos feitos pelo sindicato, tais como a data-base, remuneração justa do plantão e a correção do auxílio-saúde. Ressaltou que, quanto aos pedidos da jornada de 6 horas e da relotação, estão estes sendo cuidadosamente analisados. Pontuou também que os atos, que dependerem de projeto de lei, serão levados adiante.
3. Dr. Gustavo Assis, 1º Juiz Auxiliar, comunicou que o Encontro Regional é o momento de discutir qualquer transtorno ou dúvida, promovendo assim esclarecimentos e um bom diálogo.
4. Dr. Ricardo Dourado, 2º Juiz Auxiliar, agradeceu a presença de todos e reafirmou que o Encontro Regional é o momento de ocorrer um debate saudável e que a Corregedoria está à disposição.
5. Dra. Sirlei, Juíza Auxiliar da Presidência, informou que está à disposição para qualquer questionamento sobre os temas de relevância aos servidores.
6. Dr. Vinícius Caldas parabenizou o dinamismo da Corregedoria e o programa do Encontro Regional.
7. Dr. Victor Umbelino explanou os desafios que existem quanto ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Informou que Itumbiara é uma comarca modelo no que diz respeito ao tema, e que alguns projetos são realizados em parceria com o TJGO, em especial o “Educação e Justiça – Lei Maria da Penha nas escolas” e “Grupos Reflexivos para autores de violência contra a mulher”. Enfatizou a importância da agilidade dos processos de violência familiar, sendo essencial para a diminuição da sensação da impunidade.

Dra. Marianna de Queiroz Gomes completou que, para tratar o conflito familiar de forma adequada, é necessária a transformação social. Colocou-se à disposição dos colegas e da rede para quem queira implementar o projeto “Grupo Reflexivo”, com o objetivo de expansão, evitando assim a reincidência dos autores dos crimes contra a mulher.
8. Mislene Medrado, Metas Nacionais para 2023, Diretora de Planejamento e Inovação, explanou que o processo das diretrizes da Gestão Participativa, estabelecidas na Resolução CNJ nº 221/2016, como forma de tornar colaborativa a elaboração das Metas Nacionais, representam o compromisso dos tribunais com o aprimoramento do seu



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- desempenho e o objetivo de entregar à sociedade um trabalho jurisdicional mais célere e efetivo. Explicou que, para o ano de 2023, a proposta para a Justiça Estadual contempla a continuidade das Metas Nacionais 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11 e 12; revisão da Meta 3, que trata da Conciliação. Ao final, disponibilizou e-mail da Diretoria de Planejamento e Inovação do TJGO para o encaminhamento de sugestões.
9. Fabrício Duarte, Presidente do Sindijustiza, pontuou a união de atuação entre as áreas do Tribunal de Justiça com relação a saúde psicológica. Questionou Dr. Aldo Sabino sobre o andamento das ferramentas de reconhecimento facial dos apenados, da Central Eletrônica de Mandados, e aquelas que reduzem as operações de retrabalho, que trazem maior conforto aos servidores. Dr. Aldo, com relação aos apenados, dos quais é exigido o comparecimento mensal, após o cadastramento, o reconhecimento facial será realizado por um *toten*. Informou que o projeto está na segunda fase. Com relação à segunda pergunta, a Central Eletrônica de Mandados informou que no dia 12/07/22 está marcada uma reunião para tratar da expansão nas Comarcas Iniciais, contudo antes da expansão é necessário solucionar 7 problemas apresentados, e acredita que o projeto será finalizado em setembro. Com relação ao PDPJ, informou que internamente há mais de 80 sistemas, já o CNJ por volta de 30 sistemas. Contudo, através da tecnologia SSO, será criada uma forma de *marketplace* dentro do PROJUDI, no qual aparecerá uma série de sistemas. Pontuou que o Projudi está aprovado pelo CNJ e com aderência ao PDPJ, assim as expectativas para 2023 são esperançosas.
10. Eleandro Alves de Almeida – SINDOJUS – Respondeu ao Dr. Vitor Umbelino e à Dra. Mariana Queiroz, da Coordenadoria da mulher, que hoje o estado de Goiás possui 600 Oficiais de Justiça e que, com treinamento, o próprio Oficial consegue auxiliar a justiça no que diz respeito ao crime de violência familiar. Questionou ao Dr. Altair que os Oficiais de Justiça não tem responsabilidade quanto a distribuição de mandados que excedam a quantidade de 200 mandados, e exemplificou casos em que a Assessoria culpou os oficiais pela distribuição excedente.
11. Dr. Altair respondeu que não há razão para qualquer preocupação por parte de nenhum Oficial de Justiça quanto ao seu pagamento. Informou que a fixação de mandados ocorreu para garantir uma distribuição equânime. Tal quantidade foi fixada em razão de 93% dos Oficiais de Justiça não cumprirem mais que 200 mandados. O 3º Juiz Auxiliar ressaltou que o Diretor do Foro tem que editar uma Portaria, expor as razões que justifiquem extrapolar a quantidade de mandados e então aprová-la pela Corregedoria, de



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- forma célere. Completou que a indenização regular dos 200 mandados é realizada no último dia do mês e que a indenização complementar – se previamente autorizado pela Corregedoria – é paga até o dia 10 do mês subsequente.
12. Eleandro Alves de Almeida – SINDOJUS, solicitou ao Dr. Aldo a emissão de relatórios aos oficiais, visto que atualmente não existem relatórios dos oficiais de justiça, e ao final se colocou à disposição para auxiliar na extensão da Central de Mandados Eletrônica, solicitada pelo PROAD 202207000345586. Encerrou sua manifestação parabenizando o desenvolvimento da Central Eletrônica.
 13. Desembargador Nicomedes agradeceu a presença de todos e convidou os advogados para Audiência Pública para um debate e encontrar um ponto de equilíbrio
 14. Maraísa – Distribuidor Central de Mandados – Parabenizou a Corregedoria por estar sempre disponível aos servidores.
 15. Eleandro manifestou sobre a necessidade de treinamento e capacitação dos Oficiais de Justiça.
 16. Dr. Gustavo Assis, 1º Juiz Auxiliar, informou que será aberto um PROAD com relação à Capacitação dos Oficiais de Justiça e solicitou que o Sindojusgo apoie na apresentação de material para o encaminhamento da proposta à Ejug.
 17. Mônica, servidora da Vara das Fazendas Públicas da Comarca de Itumbiara, questionou sobre o horário de trabalho por questão de insegurança no prédio das 18 horas às 19 horas.
 18. Dra. Sirlei declarou que a jornada de trabalho é uma preocupação comum, e que a situação é regulamentada em lei, mas a proposta de alteração da lei está sendo estudada, analisada e discutida. Sustentou que há 18 Tribunais que já contam com a jornada de 6 horas e que o Presidente encaminhará a proposta ao Órgão Especial e posteriormente será encaminhada à Assembleia.
 19. Aluísio – Oficial de Justiça da Comarca de Itumbiara, manifestou quanto à insegurança no cumprimento de mandados. Exemplificou que o mandado de verificação de tornozeleira em horário incomum coloca o Oficial em risco, tal como o cumprimento de mandados de busca e apreensão, nos quais já ocorreu tentativa de agressão.
 20. Desembargador-Corregedor ressaltou que a preocupação é justa e que a situação deve ser sempre analisada pelo próprio Oficial de Justiça e, no caso de qualquer sinal de risco no cumprimento do mandado, é necessário que o Oficial entre em contato imediatamente com a força policial. Determinou a expedição de um Ofício Circular a respeito do tema.





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

21. Foi perguntado pelo chat, PROAD 292331, quanto à solicitação de máscara para deficiente auditivo – e respondido pelo 3º Juiz Auxiliar que o processo em questão encontrava-se arquivado devido à liberação do uso de máscaras na época; no entanto Dra. Sirlei confirmou que já o desarquivou e está dando o devido andamento.

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Após os cumprimentos oficiais, Dr. Altair Guerra da Costa, 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, abriu os trabalhos, informando que o momento é para debater os temas que afligem e ouvir as críticas construtivas do público externo com intuito de melhorar a prestação jurisdicional, franqueada a palavra à plateia.
2. Desembargador Nicomedes, informou que objetivo da Audiência Pública é apresentar queixas ou elogios da 4ª Região para um debate honesto.
3. Dr. Carlos Elias, neste ato representando a ASMEGO, iniciou a palavra parabenizando o trabalho da Corregedoria em prol do Judiciário Goiano e indagou ao Corregedor-Geral se existe algum programa específico que vise a melhoria nos resultados das comarcas.
4. Dr. Altair respondeu que a Corregedoria é a gestora e responsável pelo desempenho do primeiro grau, e em cada unidade, das 459 unidades, é feita uma análise profunda e um gerenciamento a partir de números. Citou que na data de 01/02/2021 havia cerca de 56 mil processos conclusos a mais de 100 dias e hoje (08/07/2022), há cerca de 7 mil, isso é devido ao monitoramento interno, aos auxílios de gabinete e cartório, gerando assim uma melhora significativa.
5. Dr. Breno informou que a Comarca de Itumbiara presta um bom serviço ao Judiciário e ao jurisdicionado, e que a OAB e o Judiciário possuem uma parceria benéfica. O Presidente da Subseção da OAB solicitou aos advogados que o enviassem alguns registros e sugestões como forma de contribuir para o bom andamento dessa Audiência Pública e para melhorias:
 - 5.1 Quanto à Comarca de Itumbiara, as sugestões e reclamações dadas foram:
 - 5.1.1 Acessibilidade na porta de entrada do Fórum;
 - 5.1.2 A demora no trâmite de alguns processos da Vara das Fazendas Públicas;
 - 5.1.3 Reclamação a respeito dos serviços prestados pela Junta Médica do Tribunal de Justiça;
 - 5.2 Quanto à Comarca de Buriti Alegre, a principal reclamação foi com relação à demora:
 - 5.2.1 Demora de 6 a 8 meses para despachos;





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- 5.2.2 Demora para marcar audiências;
- 5.2.3 Demora para sentenciar processos;
- 5.2.4 Após o comunicado que o valor do alvará está depositado no banco, há a demora de 150 dias para seu levantamento e, após expedido, é solicitado ao advogado a prestação de contas, inclusive dos honorários de sucumbência;
- 5.3 Quanto à Comarca de Cachoeira Dourada, a principal reclamação foi a impossibilidade de agendamento de despachos com a magistrada;
6. Resposta ao 5.1.1 Quanto à acessibilidade do Fórum da Comarca de Itumbiara, Dr. Altair esclareceu que existe um estudo no PROAD de nº 194641 e que será cobrado o devido andamento.
- Resposta ao 5.1.2 Quanto a reclamação de demora na Vara das Fazendas Públicas, o 3º Juiz Auxiliar respondeu que houve recentemente uma reestruturação e essa mudança provocou uma série de distribuição de processos, causando em um primeiro momento um maior tumulto.
- Resposta ao 5.1.3 Quanto à reclamação feita acerca da Junta Médica, Dr. Altair enfatizou a importância de a perícia atender em tempo hábil e respondeu que a direção será provocada a ampliar o quadro próprio ou instituir uma contratação de terceiros.
- Resposta ao 5.2 Quanto à reclamação de demora na expedição de alvará, Dr. Altair informa que trata-se de matéria de prioridade, não há justificativa para atraso e a Prestação de Contas é relação do advogado com o cliente e não é objeto do processo.
- Resposta ao 5.3 Quanto à dificuldade de contato dos serventuários e advogados com a magistrada da Comarca de Cachoeira Alta, Dr. Ricardo informou que Dr. Gustavo Assis equacionará essa comunicação para que se resolva da melhor maneira possível.
7. Dr. Alessandro Luiz de Souza – Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública, da comarca de Itumbiara, esclareceu que trata-se de uma vara com grande acervo em razão da peculiaridade da matéria, e que a recente mudança trouxe ajustes, mas estão se esforçando para apresentarem melhores resultados, inclusive informou que a conclusão dos processos com mais de 100 dias foi zerada recentemente.
8. Alexandre Ramos Caiado, Advogado, se manifestou sobre os andamentos dos processos em relação à magistrada de Pontalina, Dra. Danila Cláudia Le Suer Ramaldes, em razão da situação desrespeitosa perante o tratamento dado aos advogados.
9. Dr. Altair Guerra informou que a Corregedoria busca o religioso cumprimento da lei e solicitou que o advogado Dr. Alexandre encaminhe os processos que abrangeram esse





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- tipo de atitude, para que seja conversado e ajustado com a magistrada e completou que há um PJe sendo analisado na Corregedoria (PJe nº 55-7).
10. Dra. Mônica Fachelli da Silva – Representante do Ministério Público, parabenizou o harmonioso relacionamento entre o Judiciário, o Ministério Público e a advocacia e as novas ferramentas do atendimento ao público.
A Representante do Ministério Público informa que concorda com os apontamentos e reclamações do Dr. Breno quanto à Junta Médica.
Dra. Mônica informou que foi feito um requerimento ao Poder Judiciário quanto ao sistema Projudi (PROAD 318563) não aceitar vídeos com mais de 6MB e solicitou a criação da Vara das Violências Domésticas na Comarca.
 11. Dr. Altair respondeu que, no que diz respeito ao requerimento sobre o sistema Projudi, este será analisado.
 12. Dr Ricardo Torres Chueire, Delegado, sugeriu a criação da 3ª Vara Criminal na Comarca de Itumbiara. Informou um Deficit de servidores da polícia e afirma que a integração do SPP com o Projudi otimizaria os trabalhos.
 13. Dr. Altair Guerra se comprometeu com o auxílio da Corregedoria para atuar no gabinete das Varas Criminais e à Vara da Fazenda Pública da Comarca de Itumbiara, com o objetivo de reduzir a quantidade de acervos.
 14. Aline, servidora na Vara das Fazendas Públicas solicitou aos advogados que completem todos os dados no sistema Projudi, evitando assim a inconsistência de dados, o sobretrabalho e problemas na emissão de certidões. A servidora informa também que o Whatsapp da serventia está com problemas técnicos e questiona se seria possível a disponibilidade de celulares para regularizar a questão.
 15. Dra. Camila – Presidente da Subseção da OAB Comarca de Caldas Novas, informa a falta de servidores na comarca, e solicita a inserção de um classificador para “homologação de acordo” no sistema Projudi.
 16. Dr. Reinaldo Rodrigues – Advogado da Subseção da OAB da Comarca de Pontalina, relatou a dificuldade quanto ao cumprimento de alvarás e o aumento da quantidade de mandados para que a Oficiala possa cumprir.
 17. Dr. Altair manifestou que tem conhecimento da situação da Comarca de Pontalina e sustentou que a carência de Oficiais de Justiça decorre do falecimento recente do oficial de carreira e que a situação está sendo analisada com preocupação.
 18. Dr. João Barbosa, advogado da Comarca de Itumbiara, agradeceu a obra no





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

estacionamento do parlatório do presídio e o espaço cedido aos advogados. Questionou sobre as custas judiciais iniciais, uma vez que o Estado de Goiás é o segundo estado com as custas judiciais mais caras.

19. Dr. Ricardo informou que as custas do estado de Goiás, segundo o CNJ, está na média do padrão nacional de valores, mas orienta levar essa discussão em nível estadual acompanhado da OAB- Seção Goiás.
20. Dr. Breno informou que a questão já está sendo tratada e discutida em todas as seccionais do Estado de Goiás para com a Seção Goiás.
21. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais, Dr. Altair Guerra da Costa, ponderou que os assuntos debatidos contribuirão para o nosso aperfeiçoamento e agradeceu a participação e a presença de todos.
22. Desembargador Nicomedes encerra a Audiência Pública agradecendo a presença de todos.

ASSINATURAS

Desembargador Nicomedes Domingos Borges
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Altair Guerra da Costa
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Clécio Silva Marquez
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Kenedy Augusto Batista Pereira
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Patrícia Rossi de Moura Fiorentino de Oliveira
Assessora do 3º Juiz Auxiliar da CGJ



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 558222669026 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202207000349182

PATRICIA ROSSI DE MOURA FIORENTINO DE OLIVEIRA

ASSISTENTE

3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 22/07/2022 às 17:23

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

ASSESSORIA CORREICIONAL DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 26/07/2022 às 13:51

Jessica Felix Cruzeiro

TERCEIRIZADO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 28/07/2022 às 08:57

CLECIO SILVA MARQUEZ

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 26/07/2022 às 13:36

NICOMEDES DOMINGOS BORGES

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 25/07/2022 às 15:14

